

Controle socioterritorial e participação na periferia metropolitana do Rio de Janeiro¹

Control socioterritorial y participación en la periferia metropolitana de Río de Janeiro

Socioterritorial Control and Participation in the Metropolitan Periphery of Rio de Janeiro

AUTOR

Bruno José da Cruz Oliveira*

brunojcoliveira@yahoo.com.br

* Professor associado
Escola de Serviço
Social da Universidade
Federal do Estado do
Rio de Janeiro (Unirio,
Brasil).

RESUMO:

Este trabalho aborda o desenvolvimento das práticas que o autor denomina controle socioterritorial nas favelas e periferias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Seu contato com essa temática ocorreu por meio de sua atuação como pesquisador dos movimentos sociais urbanos. Assim, a conjugação entre observação participante, pesquisa-ação e pesquisa bibliográfica sobre as lutas urbanas na região constituiu o referencial metodológico que, ancorado no materialismo histórico-dialético, fundamentou a elaboração deste artigo sobre a ampliação do domínio territorial das facções do narcotráfico e das milícias nas últimas décadas, bem como sobre seus impactos nos movimentos sociais urbanos da periferia metropolitana do Rio de Janeiro.

RESUMEN:

Este trabajo aborda el desarrollo de las prácticas que el autor denomina control socioterritorial en las favelas y periferias de la Región Metropolitana de Río de Janeiro (RMRJ). Su aproximación a esta temática se produjo a través de su labor como investigador de los movimientos sociales urbanos. Así, la combinación de la observación participante, la investigación-acción y la investigación bibliográfica sobre las luchas urbanas en la región constituyó el marco metodológico que, sustentado en el materialismo histórico-dialéctico, fundamentó la elaboración de este artículo sobre la expansión del dominio territorial de las facciones del narcotráfico y de las milicias durante las últimas décadas, así como sobre sus impactos en los movimientos sociales urbanos de la periferia metropolitana de Río de Janeiro.

ABSTRACT:

This article examines the development of the practices that the author refers to as socioterritorial control in the favelas and peripheral areas of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro (RMRJ). The author's engagement with this topic stems from his work as a scholar of urban social movements. Accordingly, the combination of participant observation, action research, and bibliographic research on urban struggles in the region constituted the methodological framework that, grounded in historical-dialectical materialism, informed the development of this article on the expansion of the territorial control exercised by drug trafficking organizations and militias over the past decades, as well as on its impacts on urban social movements in the metropolitan periphery of Rio de Janeiro.

1. Capitalismo periférico, controle social e território

O desenvolvimento capitalista no Brasil estabeleceu um arcabouço político e institucional pouco permeável aos interesses das classes subalternas e incompatível com reformas sociais que democratizassem os acessos à renda e à propriedade. Longe de ser apenas uma característica político-moral, esse aspecto decorre diretamente da necessidade de manutenção de uma estrutura econômica e social funcional à dinâmica de acumulação. Nesse sentido, ao analisar o que denominou ser os resultados do *superprivilegiamento de classes* na América Latina e, por conseguinte, no Brasil, Fernandes afirma que

as classes privilegiadas entenderam que não podem ser “iluministas”, “liberais” e muito menos “tolerantes”. Acabaram acomodando-se à ideia de que não podem repetir o padrão europeu de revolução burguesa e que podem tirar maior proveito do “pragmatismo político”, que lhes ensina ser impossível conciliar capitalismo e democracia, sem abrir mão do seu superprivilegiamento relativo e sem atacar as iniquidades do subdesenvolvimento (Fernandes, 1995, p. 111).

Ao longo da sua formação sócio-histórica, além dos mecanismos oficiais de coerção como as polícias e mesmo as forças armadas, uma série de tecnologias sociais extraoficiais de controle social foram desenvolvidas como instrumentos de manutenção da ordem. Uma das mais atuantes delas foi a formação de grupos armados de natureza privada, que ficaram conhecidos como “jagunços” ou “capangas”. Eles se apresentavam como mecanismos fundamentais para a manutenção do poder político dos grandes proprietários rurais nos territórios que estavam sob a sua influência. As reflexões de Guimarães (1982, p. 112) reforçam essa compreensão ao afirmarem que “A instituição da capangagem, de tanta importância em nossa história rural, foi o elo que encadeou ou vem encadeando em diferentes épocas o poder e a violência nos potentados rurais.

Durante a modernização econômica empreendida entre as décadas de 1930 e 1980, o país registrou duas experiências ditatoriais, o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Empresarial Militar (1964-1985). Se por um lado houve, durante esse momento, a adoção de estratégias que visavam à produção de maiores níveis de consenso social através da extensão de direitos trabalhistas e políticos, estes últimos com a promoção da primeira experiência de democracia representativa liberal (1946-1964) e a legalização da organização sindical², a coerção política se manteve como um instrumento ativo da manutenção do status quo. A cassação do registro legal do Partido Comunista do Brasil (PCB) e a criminalização dos seus membros em 1947, a manutenção do aparato repressivo reorganizado durante o Estado Novo³ e as tentativas de desestabilização e golpes de estado sobre governos que estabeleciam algum nível de diálogo com representantes dos trabalhadores urbanos e rurais ilustram essa dinâmica⁴.

Ao acompanhar a lógica desigual e combinada do capitalismo brasileiro, que conjugou as seculares estruturas e práticas sociais de produção e reprodução da desigualdade social a outras erigidas pela modernização, o processo de urbanização viabilizou a adaptação das tecnologias sociais de controle sobre as classes subalternas rurais para aquelas que constituiriam as suas congêneres nas cidades. Assim, a formação e utilização de grupos armados como pilares do poder político nos territórios que conformariam as periferias urbanas durante a transição entre a economia agroexportadora e aquela de base industrial foi parte orgânica da formação do espaço urbano no Brasil e no Rio de Janeiro, em particular. Alves ao analisar o surgimento desse instrumento de controle socioterritorial que ficaria conhecido como “grupos de extermínio” ou “esquadrões da morte” na Baixada Fluminense, região que constituiria parte da periferia

PALAVRAS-CHAVE

Controle social;
Territórios;
Urbanização;
Movimentos
sociais;
Democracia.

PALABRAS CLAVE

Control social;
Territorios;
Urbanización;
Movimientos
sociales;
Democracia.

KEYWORDS

Social control;
Territories;
Urbanization;
Social movements;
Democracy.

Recibido:
15/08/2024

Aceptado:
20/07/2026

metropolitana durante o século XX, afirma que nela “um aparato ilegal, apto para prestar serviços de segurança aos setores proprietários do capital, seria construído” (2003, p. 99).

2. Da vaga democrático-popular à contraofensiva Neoliberal: as bases da distopia urbana na RMRJ

Ao criar as condições sociopolíticas para imposição do modelo de desenvolvimento associado (Ianni, 1985), a Ditadura Empresarial Militar foi responsável pela consolidação do capitalismo monopolista no Brasil. A aceleração do processo de industrialização durante os anos do “Milagre Econômico” esteve conectada à consolidação do perfil majoritariamente urbano da população brasileira. Contudo, ao ancorar-se na superexploração da força de trabalho (Marini, 2005) e na repressão política esse movimento produziu a “urbanização dos baixos salários” (Maricato, 2014) e transformou os grandes centros urbanos em espaços privilegiados de expressão da desigualdade social brasileira.

Desse modo, conforme analisa Alves (2003), coube à Ditadura proporcionar uma sofisticação da atuação dos grupos de extermínio oferecendo-lhes cobertura política e institucional na medida em que eles foram incorporados às engrenagens do aparato repressivo do regime, sobretudo entre o final dos anos 1960 e a primeira metade da década de 1970 com a emergência das guerrilhas urbanas. Utilizando-se de um vasto arcabouço de métodos violentos, esses grupos passaram a exercer um papel fundamental na repressão aos opositores do regime, particularmente aqueles identificados politicamente com as esquerdas. Eles ganhavam, portanto, uma dimensão ideológica influenciada pelo conservadorismo político em um contexto de acirramento da Guerra Fria.

O desgaste do regime ditatorial potencializado pelo esgotamento do seu modelo econômico, a partir da segunda metade dos anos 1970, encontrou no questionamento das contradições espaciais urbanas uma das plataformas mais dinâmicas de organização coletiva das classes subalternas. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro esse fenômeno se manifestou através da expansão das “associações de moradores”, sobretudo nas favelas e territórios da periferia metropolitana. Esse foi o processo que embasou a criação da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ) em 1977. A entidade teve um importante papel na organização de novas associações, atuando como articuladora de mobilizações populares e denunciando as péssimas condições de vida enfrentadas pela população que residia nas periferias urbanas do Estado.

Paralelamente, a Federação das Associações de Moradores das Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) criada em 1963 em meio a um cenário de ampliação das lutas populares, passou por um processo de renovação da sua direção, que adotou uma postura centrada na organização e mobilização dos moradores das favelas. Esta linha de atuação política resgatou a concepção fundacional da entidade que estava ancorada numa perspectiva de “classe para si” (Marx, 2023) e foi caracterizada por Brum (2003, p.77) como “associativismo de resistência”. Ela colidia com a atuação apoiada no clientelismo que se instaurou naquela entidade a partir da perseguição de lideranças alinhadas às esquerdas no período imediatamente posterior ao Golpe de 1964.

A existência de uma entidade dedicada exclusivamente à articulação política dos moradores de favelas demonstra que o impulso de participação política registrado neste período acompanhou a complexidade socioterritorial que caracteriza a RMRJ. Nessa mesma direção, Porto (1995), Silva (1993) e Pinheiro Júnior (2007) chamam a atenção para a existência de outros polos de organização coletiva de moradores dos territórios periféricos como o Movimento dos Amigos dos Bairros de Nova Iguaçu, o Movimento União de Bairros em Duque de Caxias, ambos localizados na Baixada Fluminense, e o Comitê União de Bairros da Zona Oeste, na cidade do Rio. Oliveira (2002) e Nascimento (2006) se debruçaram sobre essa mesma dinâmica no Leste Fluminense, particularmente nas cidades de Niterói e São Gonçalo onde foram fundadas entidades congêneres, a Federação das Associações de Moradores de Niterói (FAMNIT) e a Federação das Associações de Moradores dos Bairros (UNIBAIRROS), respectivamente em 1983 e 1985.

O desenvolvimento deste fenômeno sociopolítico e territorial vai ao encontro das formulações produzidas por Castells (1983) e Lojkin (1981) acerca da inerente crise urbana ocasionada pela precariedade e insuficiência dos meios de consumo coletivos necessários à produção e reprodução social no contexto do capitalismo monopolista. Assim, podemos afirmar que o impulso combativo das associações de moradores fez parte do mesmo processo histórico de renovação das lutas sociais que deu origem ao “novo sindicalismo”.

Esse cenário envolveu o conjunto dos partidos e organizações de esquerda. Elas experimentaram um novo momento para as suas intervenções por conta do processo de abertura política e a Lei de Anistia e o fim do bipartidarismo a partir em 1979. No tocante a sua atuação junto às lutas urbanas, este processo envolveu as correntes que atuavam no período pré-1964, como foram os casos dos trabalhadores do Partido Democrático Trabalhista (PDT), os comunistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PcdoB).

Simultaneamente, as organizações trotskistas, como a Convergência Socialista⁵ e a Democracia Socialista⁶, além das novas vanguardas sindicais se organizaram no Partido dos Trabalhadores (PT). Havia ainda grupos que atuavam sob a sigla do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sendo o mais expressivo deles o Movimento Revolucionário-8 de Outubro (MR-8)⁷. Somava-se a esses vetores de politização das classes subalternas urbanas a “ala progressista” da Igreja Católica. O papel exercido por clérigos e leigos embasados pela Teologia da Libertação no fomento à organização coletiva nas favelas e territórios periféricos foi um dos mais importantes catalisadores da participação popular naquele período.

O restabelecimento das eleições diretas para os governos estaduais, fruto da Emenda Constitucional n.º 25/1985, ajudou a produzir um novo capítulo da redemocratização. No Rio de Janeiro, o PDT foi a força política que mais capitalizou eleitoralmente a descompressão da participação popular. Ao ser eleito ainda em 1982 ao Governo do Estado, Leonel Brizola, fundador e presidente da legenda, adotou como diretriz a defesa dos direitos humanos das populações faveladas e periféricas, que ficou simbolizada pela criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) e pela implementação de novos protocolos de ação pelas forças de segurança pública.

Embora a relação com os movimentos sociais não fosse incompatível com dinâmicas de cooptação e institucionalização (Brum, 2006), ela se constituiu como um avanço na direção da democratização das relações entre os moradores dos territórios periféricos e o aparelho de Estado. No esteio do “brizolismo”, em 1986, Roberto Saturnino Braga (PDT) foi eleito prefeito da cidade do Rio de Janeiro e governou até 1988. O seu mandato cumpriu o papel de vanguarda na adoção de inovações institucionais baseadas na democracia participativa. Os “Conselhos Governo-Comunidade” foram a expressão de uma nova perspectiva político-administrativa que buscou ampliar a permeabilidade do aparelho de estado no município em relação às reivindicações das classes subalternas e, desse modo, territorializar as práticas democráticas como instrumentos de edificação de uma cultura política participativa.

A esta forma de gestão participativa desenvolvida no âmbito do governo da cidade do Rio de Janeiro, agregaram-se a partir de 1988 as experiências desenvolvidas nas prefeituras governadas pelo PT no restante do país. O estímulo à organização e à participação popular foram a base do que ficou conhecido como “modo petista de governar”, do qual o “Orçamento Participativo”⁸ foi o principal baluarte.

Todavia, na RMRJ, a hegemonia eleitoral do PDT tornou o PT um coadjuvante na dinâmica institucional. Embora disputassem a liderança das esquerdas, os dois partidos compuseram coalizões que foram responsáveis pela adoção de práticas de gestão participativa nos municípios da região como foram os casos de Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Nilópolis.

Com efeito, é possível afirmar que a redemocratização brasileira se expressou na RMRJ, do ponto de vista institucional, na emergência do fenômeno que caracterizamos como “municipalismo democrático-popular”. Ele esteve assentado na ampliação dos investimentos em políticas públicas e sociais que acompanharam a reorganização jurídica, financeira e institucional preconizada pela Constituição de 1988 e nas inovações

democráticas baseadas no diálogo com os movimentos sociais urbanos que se formaram naquele período. Compreendemos que essa perspectiva produziu administrações locais que expressaram variados graus de introdução de práticas alinhadas à democratização do aparelho de estado e conformaram um ciclo de prefeituras democrático-populares entre 1986 e 1996.

Existiam dois caminhos possíveis para a dinâmica política da RMRJ no contexto da redemocratização. O primeiro estava centrado na organização popular e na ampliação dos movimentos sociais como pilares de construção de uma nova cultura política assentada no protagonismo da população trabalhadora e na ampliação das inovações democráticas impulsionadas pelas administrações democrático-populares. Em contraposição, existia a possibilidade de uma atualização do conservadorismo político apoiado nas práticas de controle das classes subalternas, bem como, na manutenção de uma gestão pública tecnocrática e refratária às práticas de democratização do aparelho de estado. Nesse sentido, a definição do rumo político da redemocratização na RMRJ seria atravessada pelas mudanças ocorridas nas conjunturas nacional e internacional durante o início dos anos 1990.

A derrocada do Socialismo Real atingiu frontalmente o conjunto das esquerdas no mundo e produziu um cenário de crise ideológica e política nas suas organizações. Esse contexto de descrédito do pensamento socialista pavimentou o caminho para a ofensiva ideológica e política do neoliberalismo. No caso brasileiro, apesar da renovação das esquerdas durante a redemocratização ter sido capitaneada por partidos e correntes teórico-políticas que buscavam afastar-se da referência representada pelos partidos comunistas alinhados à União Soviética⁹, a audiência das ideias anticapitalistas registrou um importante enfraquecimento. Esse foi um dos aspectos que contribuiu para que o cenário de ampliação das experiências de organização e mobilização popular que se desenvolveu durante os anos 1980 entrasse em declínio.

Paralelamente, as ideias neoliberais encontraram farta receptividade nos círculos intelectuais, políticos e midiáticos identificados com as classes dominantes e produziram uma renovação do conservadorismo brasileiro, que por sua vez, passou a ancorar-se na defesa do desmonte das conquistas sociais estabelecidas na Constituição de 1988 e na adaptação da estrutura econômica e tributária aos ditames da especulação financeira. É importante ressaltar que tal receituário foi ao encontro do esgotamento da era desenvolvimentista, que converteu o Brasil em um país urbano-industrial. Nesse sentido, o neoliberalismo ajudou a superar a crise programática existente entre as classes dominantes brasileiras e deu origem à contrarreforma do Estado (Behring, 2021) implementada ao longo da última década do século XX convertendo o Brasil numa plataforma de valorização do capital financeiro (Paulani, 2008).

Um dos principais efeitos desse processo foi o reforço da redução dos investimentos na indústria de transformação, que já registrava uma tendência de queda desde a segunda metade dos anos 1980. Contudo, no caso do Rio de Janeiro, o início dessa dinâmica remete às décadas anteriores. De acordo com a análise de Araújo e Melo (2014, p. 78) a partir do final dos anos 1950 os setores econômicos que estruturavam a acumulação de capital no território fluminense, notadamente, os setores mercantil e agrícola demonstraram ser incapazes de sustentar um ritmo de industrialização acelerado de longo prazo. As saturações das áreas disponíveis à instalação de plantas industriais de grande porte e a precariedade da infraestrutura no interior do Estado contribuíram para a redução do investimento industrial.

Tais fatores, conjugados à escolha do setor automobilístico a partir do Plano Metas¹⁰ como pilar do projeto de industrialização da economia brasileira, consolidaram o Estado de São Paulo como principal centro econômico do país, resultando na gradativa redução do protagonismo econômico do Estado do Rio de Janeiro. Essa dinâmica foi ampliada com a perda da condição de capital federal em 1961 e com os impactos produzidos pela Crise do Milagre Econômico nos anos 1970. Esta análise vai ao encontro das reflexões desenvolvidas por Sobral (2017) a respeito da decadência da economia fluminense. Ao apreender essa dinâmica, o autor formulou o conceito de “Estrutura Produtiva Oca” que consiste em

um processo de desadensamento de importantes cadeias de produção levando ao agravamento das condições que impedem a indústria de transformação de se constituir no motor chave do

crescimento econômico e do progresso técnico. Nesse sentido, trata-se de um esvaziamento que leva ao esgarçamento do tecido produtivo e à ociosidade de uma série de recursos no território. Isso ocorre por uma perda de diversificação e complexidade produtiva a partir de uma trajetória centrada na capacidade de sobrevivência operacional com menor valor agregado (conteúdo local) (Sobral, 2017, p. 8).

Os dados da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística analisados por Sobral (2017, p. 9) entre 1930 e 1990 a participação da indústria de transformação do Rio de Janeiro decaiu de 27% para 11%. Simultaneamente, os números relativos à dinâmica demográfica no estado produzidos pelos censos promovidos pelo IBGE apontam que a sua população saltou de 3,612 milhões de habitantes em 1940 para 14,367 milhões no ano 2000. Desse modo, podemos concluir que a formação do espaço urbano fluminense, com destaque para a sua Região Metropolitana, desenvolveu-se em consonância com o processo de desindustrialização da região, o empobrecimento da sua população e a progressiva terciarização da sua economia. A ampliação do circuito inferior da economia (Santos, 2013, p. 57) por meio da expansão da informalização produziu o aprofundamento da precarização das condições de vida das classes subalternas na região.

No plano político, a participação popular que foi um dos suportes para a implementação de inovações democráticas nas administrações locais entrou em franco declínio. A crise ideológica e política das esquerdas associada às transformações no mundo do trabalho resultantes da redução da atividade industrial na região provocaram a desarticulação dos vetores contra hegemônicos que tiveram um papel fundamental na politização dos setores populares da região na década anterior. Para além das organizações partidárias, a ala progressista da Igreja Católica viu a sua influência ser reduzida em função das mudanças advindas da própria hierarquia eclesial pautadas pelo conservadorismo do papado exercido por João Paulo II e pelo aumento expressivo da adesão às igrejas pentecostais pelos moradores das periferias.

3. As metamorfoses do controle socioterritorial e os territórios de exceção

Foi nessa quadra histórica que condensou decadência econômica e adensamento populacional que a cidade do Rio de Janeiro, tornada capital do Estado a partir da fusão entre os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1974, passou a fazer parte de um importante corredor logístico de distribuição de substâncias ilícitas produzidas na América Latina em direção à Europa, Ásia e África (Misse, 2023). A expansão do mercado consumidor, especialmente de cocaína, contribuiu para consolidar a cidade e sua região metropolitana como um dos principais polos de consumo dessa droga. Com efeito, a expansão dessa atividade ilegal se apresentou como mais uma expressão da ampliação do mercado de trabalho informal na RMRJ, arregimentando, conforme analisa Campos (2012, p. 108), parte considerável da sua mão de obra nas suas periferias e favelas.

Nesse contexto, surgiram facções que, valendo-se do poder bélico adquirido por meio do comércio clandestino de armas, passaram a controlar o narcotráfico nos territórios onde se estabeleceram. Portanto, faz parte do *modus operandi* dessa forma de empreendimento ilegal o controle dos territórios, entendido como a possibilidade de um grupo impor normas de regulação da vida cotidiana sobre os seus habitantes. Conforme analisa Campos (2012, p. 106), as práticas violentas exercidas por elas para manterem o seu poder em nada se diferem daquelas historicamente proporcionadas pelas forças de segurança do Estado.

Em contextos como esses, a possibilidade do desenvolvimento de formas de organização popular que assumam uma postura centrada na politização e mobilização dos moradores frente às contradições socioespaciais urbanas é muito limitada ou mesmo inexistente. Uma das explicações para esse cenário adverso é a utilização econômica e política do território pelas facções para a obtenção de influência junto aos agentes estatais. Leeds (1999) corrobora esta reflexão ao analisar que entre as práticas de controle exercidas pelas facções do narcotráfico estão

as alianças entre candidatos a cargos públicos e grupos de traficantes, as quais costumam ocorrer nas comunidades onde esses últimos são particularmente perigosos. (...) Os grupos de traficantes podem também pressionar os moradores a votarem de determinada forma. Os votos para o candidato são trocados por dinheiro e influência legítima para os traficantes que, geralmente, querem livrar-se da imagem de marginal fazendo amigos influentes em postos certos (Leeds, 1999, p. 255).

Em concomitância, os grupos de extermínio encontraram novas dinâmicas de atuação e organização durante a redemocratização. Além da incorporação de indivíduos que não compunham os quadros da segurança pública, o discurso de combate à oposição armada de esquerda à ditadura foi transmutado para a denúncia e repressão do tráfico de drogas. Conforme os processos eleitorais tornaram-se regulares, o controle dos territórios que registravam a atuação desses grupos ganharia a condição de capital eleitoral em potencial. Isso foi fundamental para a estruturação de uma nova forma de cobertura institucional que, a partir de então, se apoiaria na conquista de cargos eletivos nos poderes executivo e legislativo nos municípios da RMRJ.

A partir da segunda metade da década de 1990, esses grupos adotaram práticas de exploração econômica dos territórios. A imposição do pagamento de “taxas de proteção” sobre os moradores, comerciantes e instituições localizadas nas áreas por eles controladas passou a fazer parte da sua dinâmica de acumulação de capital. Nesse sentido, desenvolveu-se uma mutação que envolvia a sua forma de atuação. Se nas suas origens eles eram contratados informalmente por empresários locais para prestarem serviços privados de segurança, a partir desse período, eles próprios passariam a atuar também como empreendedores ilegais controlando direta ou indiretamente uma série de atividades econômicas, incluindo, em muitos casos, o próprio comércio varejista de drogas, nas áreas sobre as quais eles exerciam ou passariam a exercer o controle territorial. De acordo com Díaz e Alves (2022, pp. 12-13), essa mudança de *modus operandi* está na base do fenômeno que convencionalmente é nomeado como “milícias”.

A partir de uma análise panorâmica, podemos afirmar que as facções e as milícias ao criarem formas de convívio com o Estado convertem-se em instrumentos de controle sobre as classes subalternas urbanas e partilham essa função com os órgãos de segurança pública. Nesse sentido, consideramos que este fenômeno é uma peculiar modalidade extraoficial de administração territorial na qual o aparelho estatal terceiriza a regulação dos territórios produzindo consequências diretas sobre o exercício dos direitos civis e políticos.

A atuação desses grupos no cotidiano dessas áreas está essencialmente ligada à complacência ou mesmo confluência de interesses econômico-políticos de agentes públicos (para além daqueles que compõem os quadros da segurança pública) e tecem teias de relações de poder que se expressam nessas localidades dando origem a sofisticadas engrenagens eleitorais. A resultante dessa dinâmica tem sido a promoção de um estado de exceção permanente nas periferias da RMRJ e a manutenção da hegemonia dos órgãos de representação política por grupos políticos conservadores ligados às frações das classes dominantes.

4. Considerações finais

As transformações sociais e políticas produzidas pelo declínio do protagonismo econômico edificaram mudanças substantivas nos conflitos entre as classes na RMRJ. Na medida em que a desindustrialização iniciada no final dos anos 1950, juntamente com a terciarização da economia e a sua inerente precarização das relações de trabalho concorreram para a corrosão das bases de organização sindical, houve o deslocamento das suas expressões políticas mais agudas do âmbito das relações de trabalho para a esfera do direito à cidade (Harvey, 2014).

A expansão das associações de moradores durante a década de 1980 foi um sintoma desse processo. Elas, juntamente com as experiências de governos alinhados com a perspectiva de democratização do aparelho de estado expressaram nas esferas local e estadual as pulsões democratizadoras presentes na sociedade brasileira no contexto da redemocratização. A continuidade daquele processo dependia de uma dinâmica permanente de politização e organização das classes subalternas.

Todavia, tal hipótese não se confirmou. Além da crise ideológica, política e programática das esquerdas depois do fim do Socialismo Real e da desindustrialização, no caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, agregamos mais um elemento: a atuação das facções do narcotráfico e das milícias enquanto agentes terceirizados de promoção do controle socioterritorial nas favelas e periferias urbanas.

Simultaneamente, o dinamismo do processo de acumulação de capital proporcionado pela ampliação do comércio de substâncias ilícitas e pela exploração econômica dos territórios favelados e periféricos proporcionou a ascensão de uma fração criminal das classes dominantes, fenômeno que se aproxima daquilo que Demier (2019) caracterizou como lumpemburguesia. A sua existência está visceralmente ancorada no controle dessas áreas, o que torna a limitação ou mesmo a interdição de dinâmicas de organização e mobilização coletivas que atuem ancoradas em uma perspectiva emancipatória, conforme analisa Leite (2008).

A permanência e o agravamento desse cenário ao longo dos últimos 30 anos contribuiu para a formação do que caracterizamos como “cultura do arbítrio” nesses territórios que, por sua vez, tem encontrado no neofascismo a sua expressão ideológica e política. Ao mesmo tempo, temos assistido à nacionalização de práticas de controle territorial semelhantes às aquelas que estão consolidadas na RMRJ. Tal fato nos sugere que a região se transformou em um laboratório avançado de tecnologias de controle social alinhadas com a emergência de contextos pós-urbanos (Botelho, 2014). Graham (2016) ao analisar o cotidiano de cidades que experimentaram cenários de decadência econômica como Detroit e Chicago, nomeou como urbicídio esse espaço urbano da crise estrutural do capitalismo que se transformou numa zona de permanente vigilância, controle e apartação dos indivíduos, onde o extermínio físico e social de elementos considerados disfuncionais à ordem é um recurso frequente.

Nesse contexto, a particularidade do Rio de Janeiro está assentada na complexa conjugação entre ações dos órgãos de segurança estatais e aquelas empreendidas pelas milícias e facções como agentes terceirizados de regulação territorial. Se considerarmos que a formação desses territórios de exceção tem incluído novas áreas diariamente através da expansão do narcotráfico e das milícias, é difícil vislumbrarmos um processo de reversão desse contexto no curto e no médio prazos. De acordo com Hirata e Couto (2024), em 16 anos o número de territórios controlados por esses grupos na RMRJ saltou de 9% para 18%. Seja qual for o caminho que viabilize a superação desse cenário distópico, compreendemos que ele, obrigatoriamente, deverá estar assentado em um novo impulso de democratização que se apoie na organização e na mobilização coletiva das classes subalternas locais, sobretudo das suas frações mais espoliadas.

NOTAS

¹ Parte do conteúdo deste trabalho foi publicado no artigo “A distopia urbana: os territórios de exceção na Região Metropolitana do Rio de Janeiro” no livro *Questão urbana, direito à moradia e serviço social*, organizado por Francine Helfreich. Outros resultados parciais que constam neste trabalho também foram publicados em “Redemocratização e participação popular na região metropolitana do Rio de Janeiro (1978-1988)”, apresentado no 12º Congresso da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP) ocorrido em 2024 em Lisboa (Portugal).

² É importante ressaltar que, embora a Consolidação das Leis do Trabalho criada em 1943 garantisse o direito à organização sindical, essas instituições estavam diretamente sob a tutela do Ministério do Trabalho, que poderia destituir suas direções e anular os efeitos jurídicos das suas assembleias caso julgasse necessário.

³ O Departamento de Ordem Política e Social, instituição de repressão política e social criada em 1924 e reorganizado durante os anos 1930 pelo governo Getúlio Vargas, manteve o seu funcionamento durante o período 1946-1964. Durante a Ditadura Empresarial Militar a instituição fez parte dos órgãos de repressão do regime, sendo extinto em 1983.

⁴ Durante o período 1946-1964 foram registradas, pelo menos, cinco conspirações civil-militares que tinham o objetivo de realizarem tentativas golpes de Estado. A primeira ocorreu em 1954 que culminou no suicídio do Presidente Getúlio Vargas. Em 1955, o Marechal Henrique Teixeira Lott liderou a desarticulação de um intento golpista que objetivava impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek e o seu vice, João Goulart. No início do seu governo, em 1956, militares da Aeronáutica rebelaram-se tomando a Base Aérea de Jacareacanga, localizada no Pará como forma de protesto contra a sua posse. Em 1959, oficiais da mesma força realizaram outro levante golpista contando com a adesão de membros do exército, episódio que ficou conhecido como a Revolta de Aragarças. Em 1961, diante da renúncia do então Presidente Jânio Quadros, setores do exército, marinha e da aeronáutica tentaram impedir a posse do Vice presidente João Goulart sem sucesso. Três anos depois, segmentos das Forças Armadas, com o suporte do Departamento de Estado dos EUA, protagonizariam o golpe que instituiu a Ditadura Empresarial Militar.

⁵ A Convergência Socialista foi uma organização política inspirada nas teses defendidas pelo dirigente trotskista argentino Nahuel Moreno. Criada em 1978, ela fez parte da fundação do PT, onde atuou como tendência interna até 1992, após a expulsão dos seus integrantes. Em 1994, juntamente com outras correntes políticas, fundou o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

⁶ A Democracia Socialista é uma organização política criada em 1979 inspirada nas formulações do dirigente trotskista belga Ernest Mandell. Os seus membros participaram da fundação do Partido dos Trabalhadores,

legenda na qual atuam como tendência interna até os dias atuais.

⁷ O Movimento Revolucionário-8 de Outubro foi uma organização política marxista de resistência à Ditadura Empresarial Militar criada em 1967. Inicialmente, os seus membros aderiram à oposição armada ao regime ditatorial promovendo ações de guerrilha urbana. Contudo, a partir de meados dos anos 1970, reorientaram as suas ações para a promoção da organização coletiva nos meios sindical, estudantil e nas periferias urbanas. No mesmo período, ingressaram no Movimento Democrático Brasileiro, legenda que se converteu no PMDB durante a redemocratização, onde permaneceram até 2008.

⁸ O Orçamento Participativo é um instrumento de administração do orçamento público que permite à população decidir sobre a destinação dos investimentos públicos através de instrumentos de democracia direta como assembleias e conferências.

⁹ Pensemos nas correntes trotskistas, eurocomunistas e socialdemocratas que estiveram abrigadas na legenda do Partido dos Trabalhadores (Secco, 2023).

¹⁰ O Plano de Metas foi um programa realizado durante o Governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) radicado na ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura e no estímulo à industrialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agamben, G. (2004). *Estado de exceção: Homo sacer II*, I. Boitempo.
- Alves, J. C. S. (2003). *Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense*. APPH.
- Araújo, V. L. de, & Melo, H. P. (2014). O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: Auge e declínio da Manchester Fluminense. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, (4), 65–87. <https://doi.org/10.12957/cdf.2014.11532>
- Behring, E. R. (2021). Brasil em contrarreforma: Desestruturação do Estado e perda de direitos. Cortez.
- Botelho, M. (2014). Favelização mundial: O colapso urbano da sociedade capitalista. *Revista Territórios Transversais*, 1, 6–9.
- Braga, R. S., & Braga, B. S. (2015). *Democracia participativa no Rio de Janeiro (1986–1988)*. Contraponto.
- Brum, M. S. I. (2006). *O povo acredita na gente: Rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense]. https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2006_BRUM_Mario_Sergio_Ignacio-S.pdf
- Campos, A. (2012). *Do quilombo à favela: A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Bertrand Brasil.
- Castells, M. (2020). *A questão urbana*. Paz e Terra.
- Demier, F. (2019, 15 de março). A lumpemburguesia no poder: a irracionalidade da razão burguesa e o governo Bolsonaro. *Esquerda Online*. <https://esquerdaonline.com.br/2019/03/15/a-lumpemburguesia-no-poder-a-irracionalidade-da-razao-burguesa-e-o-governo-bolsonaro/>
- Días, A. F., & Alves, J. C. S. (2022). Michoacán e Rio de Janeiro: Governança criminal, controle social e obtenção de lucro e poder político pelas autodefesas armadas e pelas milícias. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 15(n. esp. 4). <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15nesp4.46450>
- Fernandes, F. (1975). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Zahar.
- Guimarães, A. P. (1981). *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Graal.
- Graham, S. (2016). *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. Boitempo.
- Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Martins Fontes.
- Hirata, D., & Couto, M. I. (2024). *Grande Rio sob disputa: Mapeamento dos confrontos por territórios*. GENI & Plataforma Fogo Cruzado. https://drive.google.com/file/d/1tXCFOgCIsQsJqw88qLEplN3V6_-gYk0Y/view
- Ianni, O. (1985). *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Civilização Brasileira.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2000). *Censo Demográfico 2000*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7832001>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1940). *Recenseamento Geral do Brasil – 1940*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=765>
- Leal, V. N. (2012). *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. Companhia das Letras.
- Leite, M. P. (2005). Miedo y representación comunitaria en las favelas de Rio de Janeiro: Los invisibles exiliados de la violencia. In R. Reguillo & M. A. Godoy (Orgs.), *Ciudades translocales: Espacios, flujo, representación. Perspectivas desde las Américas* (pp. 377-392). ITESO/ Social Sciences Research Council.
- Leeds, E. (1999). Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In A. Zaluar & M. Alvito (Orgs.), *Um século de favela* (pp. 233–276). Editora FGV.
- Lojkine, J. (2019). *Estado capitalista e a questão urbana*. Martins Fontes.
- Manso, B. P. (2020). *A República das milícias: dos esquadrões da morte à “Era Bolsonaro”*. Todavia.
- Maricato, E. (2014). *Para entender a crise urbana*. Expressão Popular.
- Marini, R. M. (2005). Dialética da dependência. In R. Traspadini & J. P. Stédile (Orgs.), *Ruy Mauro Marini: Vida e obra* (pp. 131 -172). Expressão Popular.
- Mészáros, I. (2016). *A teoria da alienação em Marx*. Boitempo.
- Misse, M. (2023). *Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Lamparina/FAPERJ.
- Oliveira, B. J. (2024). A distopia urbana: Os territórios de exceção na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In F. Helfreich (Org.), *Questão urbana, direito à moradia e serviço social* (pp. 80-90). Navegando.

Oliveira, B. J. (2024b). *Participação popular e redemocratização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (1978–1988)*. Anais do Congresso da ALACIP. <https://alacip.org/cong24/12-7353111-oliveira-24.pdf>

Oliveira, R. (2002). *Movimento comunitário em São Gonçalo de 1978 a 1988: fluxo e refluxo* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade do Estado do Rio de Janeiro].

Paulani, L. (2008). *Brasil delivery: Servidão financeira e estado de emergência econômico*. Boitempo.

Pinheiro Júnior, J. da M. (2007). *A formação do PT na Baixada Fluminense: um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense]. https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_PINHEIRO_Junior_Jeffe_da_Mata-S.pdf

CNN Brasil. (2024, 17 de novembro). *Polícia faz megaoperação contra tráfico e milícia no Rio de Janeiro: objetivo é asfixiar o crime organizado e combater a lavagem de dinheiro*. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/policia-faz-megaoperacao-contra-traffic-e-milicia-com-2-mil-homens-no-rio/>

Porto, H. R. (1995). Rio de Janeiro: Os movimentos populares urbanos de 1964 a 1988. *Revista Proposta*, (67), 59–64.

Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970–1980)*. Paz e Terra.

Santos, M. (2013). *A urbanização brasileira*. EDUSP.

Santos, M. (2013). *Pobreza urbana*. EDUSP.

Secco, L. (2023). *História do PT*. Ateliê Editorial.

Silva, P. S. da. (1993). *Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairro em Nova Iguaçu (MAB 1974–1992)* [Dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas]. https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FGV_8c96e94814884cbaece0074c9a84fb12

Sobral, B. L. B. (2017). *A evidência da estrutura produtiva oca: O estado do Rio de Janeiro como um dos epicentros da desindustrialização nacional*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9057>

Wacquant, L. (2008). *As duas faces do gueto*. Boitempo.